



**MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

**PARECER JURÍDICO**

**Pregão Eletrônico nº 011/2022**

**Interessado: Pregoeiro e equipe de apoio.**

**1 – OBJETO**

Trata-se de pedido de parecer jurídico referente ao recurso apresentado pela empresa W&M Publicidade Ltda - EPP, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 01.527.405/0001-45, em face do pregão eletrônico nº 011/2022, cujo objeto é *“a contratação de empresa jornalística, editora de jornal de circulação diária na região do vale dos sinos, para divulgação das notificações públicas do Município de Campo Bom, conforme descrito no anexo I – Termo de Referência, que é parte integrante deste edital.”*

Refere a recorrente em seu arrazoado, em síntese, que não restaria configurada a subcontratação por agência de publicidade, bem como de que no edital ora em análise não haveria o alegado direcionamento às empresas proprietárias de títulos de jornal e que, também, a própria recorrente seria uma empresa jornalística. Outrossim, continua afirmando que empresas de publicidade são plenamente aptas a executar o objeto do processo licitatório ora em apreço, inclusive que uma suposta denúncia da recorrida Editora Jarros nestes termos ao Tribunal de Contas da União já teria sido julgado improcedente.

Ainda, menciona a recorrente que o veículo de comunicação apresentado pela recorrida não seria reconhecido como de circulação na região do vale dos sinos, de modo que esta deveria ter sua proposta rejeitada. Para embasar suas alegações, traz excertos legais e jurisprudenciais, bem como tecendo considerações acerca do princípio da vinculação ao edital licitatório, concluindo que a recorrida deveria ter sua proposta rejeitada uma vez que o jornal por esta indicado não seria de circulação regional ou local, como refere o edital.

Por fim, também menciona ser ainda possível a negociação de preços entre os licitantes e o pregoeiro, de modo que não haveria qualquer prejuízo a rejeição da proposta da recorrida, sendo que tal iria de encontro ao princípio da proposta mais vantajosa ao ente público licitante e também resultaria que a municipalidade publicaria suas notificações e



## **MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

avisos no jornal adequado para tanto. Assim, em vista do exposto, requer a recorrente que seu recurso seja recebido e julgado para desclassificar a proposta apresentada pela recorrida.

Em vista do recurso apresentado, a recorrida “Editora Jornalística Jarros Ltda” apresentou contrarrazões, referindo, em síntese, que o jornal apresentado por esta seria de ampla circulação na região do vale dos sinos, bem como que esta já teria prestado os serviços objeto do edital licitatório anteriormente a este ente municipal, pois preenche todos os requisitos exigidos. Ademais, refere sobre a migração dos jornais aos meios digitais, e traz jurisprudência para sustentar que o conceito de “jornal de grande circulação” deve levar em consideração inúmeros fatores de difícil aferição e determinação. Outrossim, refere que a recorrente não poderia, eventualmente, ser considerada vencedora da presente licitação, uma vez que esta se constituiria em agência de publicidade que terceiriza os serviços de publicação, o que restaria comprovado inclusive pela documentação juntada por esta.

Continua mencionando que a recorrente W&M Publicidade Ltda – EPP não poderia prestar diretamente os serviços ora licitados, e que a subcontratação realizada sem a anuência do ente público contratante poderia resultar inclusive na rescisão do contrato, por ser vedado pela lei de licitações. Indica que a subcontratação violaria os princípios da ampla competitividade e da adjudicação compulsória, bem como iria ao encontro da própria essência do contrato administrativo, que é de caráter personalíssimo. Portanto, em vista do exposto, requer a recorrida o indeferimento total do recurso apresentado pela recorrente, mantendo-se a decisão do pregoeiro.

Feito este breve resumo, passa-se a análise do mérito.

## **2 – DO MÉRITO**

O presente parecer se limitará a tratar das alegações da recorrente sobre o fato de que a proposta da recorrida deveria ser desclassificada, uma vez que esta não teria apresentado jornal de circulação regional ou local. No que tange a subcontratação, como tal ponto não foi objeto de recurso ou de pedido por parte das licitantes, não há necessidade em se abordar tal tema, que não guarda relevância com a matéria objeto do recurso apresentado pela licitante W&M Publicidade Ltda – EPP.



## **MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

Assim, era o objeto da presente licitação, conforme descrito no edital e no termo de referência:

*a contratação de empresa jornalística, editora de jornal de circulação diária na região do vale dos sinos, para divulgação das notificações públicas do Município de Campo Bom, conforme descrito no anexo I – Termo de Referência, que é parte integrante deste edital.*

O ponto objeto da insurgência da recorrente trata de matéria de fato, especificamente se o jornal apresentado pela recorrida, Editora Jornalística Jarros Ltda, teria de fato circulação regional, como fazia menção o edital licitatório. Neste sentido, a recorrente não traz nenhuma prova para embasar suas alegações, dever que lhe impunha. Em sentido contrário, a recorrida apresentou relatório, produzido por auditoria, em que há a indicação de todos os municípios em que o jornal é distribuído e, portanto, tem circulação.

A lista apresentada comprova que o jornal apresentado pela recorrida tem, ao contrário do referido pela recorrente em seu recurso, ampla circulação na região composta pelos municípios integrantes do Vale do Rio dos Sinos, inclusive no próprio município licitante, de modo que entende-se que esta cumpriu adequadamente as exigências editalícias neste ponto. Ademais, considerando que tal licitação se destina a realização de publicações oficiais do município, o jornal editorado pela recorrida mostra-se adequado para dar ampla publicidade e conhecido aos editais, notificações etc., não havendo qualquer razão para a desclassificação de sua proposta neste aspecto.

Outrossim, importante lembrar que os processos licitatórios são regidos pelo princípio do julgamento objetivo, expressamente referido nos Arts. 3 e 40, VII, da Lei n 8.666/93, de modo que as propostas apresentadas devem ser julgadas somente com base nos critérios elencados no edital e em estrita observância das demais disposições deste, possibilitando, deste maneira, a concretização do princípio da impessoalidade, que rege toda a atividade administrativa. Neste sentido, havendo a comprovação de que o jornal editorado pela recorrida Editora Jornalística Jarros Ltda apresenta circulação regional, inclusive nesta municipalidade, não há que se falar em sua desclassificação.





**MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

No ponto, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU):

*Não pode a Administração descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada, nos termos do art. 41 da Lei nº 8.666/1993. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos, conforme o art. 44 da Lei nº 8.666/1993. Julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de Licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle, em atendimento ao disposto no art. 45 da Lei nº 8.666/1993. (TCU, acórdão nº 2345/2009, Relator Ministro Valmir Campelo, Tribunal pleno, julgado em 07/10/2009).*

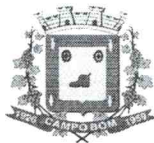
### **3 – CONCLUSÃO**

Portanto, em vista do exposto, opina-se pelo não provimento do recurso apresentado pela licitante W&M Publicidade Ltda – EPP, mantendo-se integralmente a decisão do pregoeiro.

Campo Bom/RS, 08 de março de 2022.

  
\_\_\_\_\_  
Guilherme Schubert Schmidt

OAB/RS: 116.015



**Município de Campo Bom  
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

**RESPOSTA AO RECURSO ADMINISTRATIVO**

**REFERÊNCIA:** PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2022.

**OBJETO:** Contratação de empresa jornalística, editora de jornal de circulação diária na região do Vale dos Sinos, para divulgação de notificações Públicas do Município de Campo Bom

**I. DAS PRELIMINARES:**

- 1.1. Recurso intencionado na plataforma e apresentadas as razões por escrito pela empresa W&M PUBLICIDADE LTDA
- 1.2. Contrarrazões apresentadas na plataforma, pela empresa EDITORA JORNALÍSTICA JARROS LTDA.

**II. DAS RAZÕES DO RECURSO**

2.1. A empresa W&M PUBLICIDADE LTDA apresentou recurso, contestando a habilitação da empresa EDITORA JORNALÍSTICA JARROS LTDA, alegando que a referida empresa não atende ao objeto da licitação pois, segundo a impetrante, não é reconhecido como jornal de abrangência regional.

A empresa alega, também, que o edital está direcionado para contratação de empresas proprietárias de títulos de jornal, impossibilitando a subcontratação por agências de publicidade.

**III. DAS CONTRARRAZÕES**

3.1. A empresa EDITORA JORNALÍSTICA JARROS LTDA apresentou contrarrazões, em resposta às alegações apresentadas no recurso em tese. Com relação a atender ao objeto, a licitante comprova através do documento apresentado “Relatório dos auditores referente a exames de tiragem, distribuição e assinaturas digitais do período de 01/11/2020 a 31/01/2021” de que possui circulação em 11 municípios dos 14 que integram a região. Ainda, a licitante demonstra, através de contratos anexados aos documentos, que prestou serviços ao município, oriundos de certames com o mesmo objeto ora apresentado.

Sobre a questão da subcontratação, a empresa EDITORA JORNALÍSTICA JARROS LTDA alega que a recorrente não atende os requisitos do edital por ser uma agência de publicidade que terceiriza os serviços de publicação, o que comprova através de um laudo de auditoria em favor do Jornal NH – Grupo Editorial Sinos. A licitante menciona que a subcontratação viola o princípio da competitividade e o da adjudicação compulsória, uma vez que a celebração contratual é feita apenas com o vencedor do procedimento licitatório.

**IV. PEDIDO DAS IMPETRANTES**

4.1. A licitante W&M PUBLICIDADE LTDA requer provimento de seu recurso e a desclassificação da licitante EDITORA JORNALÍSTICA JARROS LTDA.



**Município de Campo Bom**  
**Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

4.2 A licitante EDITORA JORNALÍSTICA JARROS LTDA requer que seja julgado como improcedente o recurso impetrado pela empresa W&M PUBLICIDADE LTDA e que seja mantida a decisão da comissão.

**V. DA ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES**

5.1. Quanto ao mérito, cumpre esclarecer:

A Pregoeira julgou e declarou habilitada a licitante EDITORA JORNALÍSTICA JARROS LTDA por atender aos requisitos editalícios tanto com relação à proposta, quanto aos documentos de habilitação.

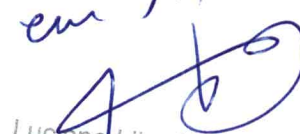
Sobre as alegações apresentadas pela licitante W&M PUBLICIDADE LTDA, com relação ao atendimento do objeto, qual seja *“Contratação de empresa jornalística, editora de jornal de circulação diária na região do Vale dos Sinos, para divulgação de notificações Públicas do Município de Campo Bom”*, a licitante, primeiramente, atende por ser uma editora de jornal, comprovadamente informado em seu contrato social, no que tange ao objeto. Sobre a questão da circulação do jornal, este comprovou com documentos anexados a sua contrarrazão, que atende ao edital, referente à exigência da circulação na região do Vale dos Sinos.

Sobre a alegação de que o edital não permite subcontratação e de que estaria direcionado a empresas jornalísticas, o teor foi objeto de pedido de esclarecimento e segue anexo a este arrazoadado. O edital, em seu anexo II “Minuta do Contrato” cláusula Décima quinta traz o seguinte texto *“É vedada a subcontratação, no todo ou em parte, do objeto deste Contrato, exceto se formalmente autorizada pelo MUNICÍPIO”*. Em resposta ao pedido de esclarecimento, a Secretaria responsável, quando questionada, respondeu: *“Não é viável a contratação dos serviços de forma separada, pois entendemos que isso afetaria a eficiência na prestação do serviço”*.

Isto posto, esta pregoeira remete os documentos para análise e emissão de parecer jurídico e opina pelo não provimento do referido recurso.

Campo Bom, 02 de março de 2022.

  
EVELINE S. HEBS  
Pregoeira

*DE Acuso*  
*em 10/03/2022*  
  
Luciano Liborio Baptista Orsi  
Prefeito Municipal